



Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS

AUTÓGRAFO Nº. 032 / 2020

Referência: Projeto de Lei Complementar, pelo Executivo Nº. 04/2020

“Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 9º, *caput* e § 2º da Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020, a suspender o pagamento da contribuição patronal, pelo Município de Andradas, ao seu Regime Próprio de Previdência Social, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Andradas - ANDRADASPREV.”

Faço saber que a Câmara Municipal de Andradas aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Município autorizado a suspender o pagamento das contribuições previdenciárias patronais devidas e não pagas ao Regime Próprio de Previdência Municipal, relativas aos servidores que compõem o Plano Previdenciário, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

§ 1º. Para os efeitos do disposto no *caput*, consideram-se contribuições patronais aquelas previstas no plano de custeio do RPPS, de que trata o art. 47 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, instituídas por meio de alíquotas, para cobertura dos custos normal ou suplementar, ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de *déficit* atuarial.

§ 2º. A autorização para a suspensão de que trata este artigo:

I - não afasta a responsabilidade do Município pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998, inclusive as relativas ao plano financeiro;

II - não afasta a responsabilidade do Município em manter o funcionamento da entidade gestora do RPPS, por meio da assunção direta de despesas, do repasse da taxa de administração ou de aportes financeiros, caso referida entidade não tenha recursos disponíveis para tal finalidade.



Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS

Art. 2º. Ficam vedadas:

I - a suspensão do repasse das contribuições dos servidores ativos, aposentados e pensionistas devidas ao RPPS, bem como das contribuições patronais dos beneficiários do Plano Financeiro ou em Repartição e dos aportes necessários ao complemento do valor da folha de pagamento do referido Plano;

II - a restituição ou compensação dos valores de contribuições previdenciárias patronais devidas que tiverem sido pagas ao órgão ou entidade gestora do RPPS com vencimento dentro do período de que trata o *caput* do artigo 1º.


III - a utilização de recursos do RPPS, incluídos os valores integrantes dos fundos de que tratam o art. 249 da Constituição Federal e o art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo e daquelas necessárias à sua organização e ao seu funcionamento, conforme disposto no inciso XII do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 3º. As contribuições previdenciárias patronais, de que trata o *caput* do artigo 1º, cujo repasse seja suspenso, deverão ser pagas pelo Município à entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos na legislação municipal para os casos de inadimplemento da obrigação de repasse, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, até o dia 31 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. Alternativamente ao disposto no *caput*, poderá o Poder Executivo Municipal, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que as contribuições suspensas sejam objeto de termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andradas, 28 de julho de 2020.


Carlos Roberto da Silva
Presidente


Maria Helena de Oliveira do Prado
Secretária